



BONS RESULTADOS NO IDEB EM DEZ MUNICÍPIOS CEARENSES: SUPERANDO METAS

Larissa Martins Dantas
Iasmin da Costa Marinho

Introdução

A avaliação educacional sistêmica é tema recorrente nas últimas décadas. Comporta elementos que legitimam a avaliação em nível mais abrangente, indo desde a avaliação de desempenho escolar, adentrando por avaliações institucionais, de programas e auto-avaliações. Mais do que simplesmente avaliar sistemas educacionais vigentes, a avaliação tem a capacidade de descrever a real situação do país quanto ao seu nível de educação, através de dados coletados e amostras realizadas.

O presente trabalho aborda o tema proposto sob o prisma do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Ideb surgiu como uma iniciativa para agregar dados relacionados ao fluxo escolar (aprovação, evasão e abandono) e as médias de desempenho em avaliações nacionais (Prova Brasil). A idéia foi unir dois fatores importantes para medição da qualidade educacional brasileira, possibilitando a equiparação entre estados, municípios e até entre escolas.

Com metas estabelecidas até 2021, o Ideb concilia resultados em desempenho de exames padronizados, obtido pelos estudantes no final das etapas de ensino, ou seja, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, e também com o 3º ano do Ensino Médio, em Língua Portuguesa e Matemática, juntamente com informações sobre rendimento escolar. Como resultado, é alcançado um valor entre zero e dez.

O Ideb como indicador educacional oferece elementos de controle sobre a relação ensino-aprendizagem no país. É impor-

tante, servindo como diagnóstico e um norte para ações políticas com foco na melhoria do sistema educacional, detectando as escolas com alunos que apresentam baixo rendimento, bem como monitorando o desempenho dos alunos nessas escolas.

Entende-se que: a avaliação é importante não

[...] porque separa os bons dos maus alunos, mas porque permite promover um ensino de qualidade para todos. É ela quem indica a gestores e professores onde estão seus tropeços e qualidades, onde é preciso investir mais e onde se pode caminhar com segurança. Sem a avaliação não saberíamos se nossos objetivos estão sendo atingidos. (CEARÁ, 2005, p. 35)

Na amostra cearense são analisados dados referentes às escolas de ensino fundamental (1º ao 5º ano) de dez municípios. Cinco destes apresentam maior variação entre os resultados de 2005 e 2007 (Aratuba, Boa Viagem, General Sampaio, Martinópolis e Ipu), enquanto os demais são selecionados por terem alcançado um alto índice em 2007 (Catunda, Jijoca de Jericoacoara, Mucambo, São Gonçalo do Amarante e Sobral), superando inclusive o índice estadual. No presente estudo, analisamos os dez municípios da amostra em comparação com a publicação do Ideb de 2009.

Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma investigação de natureza quantitativa e qualitativa, em que recorre-se a fontes diversas em particular aquelas da base de dados do INEP. No que se refere ao aspecto empírico, a coleta de dados utiliza procedimentos inerentes à pesquisa qualitativa, quais sejam: entrevistas semi-estruturadas, “check-list” e roteiro de observação.

Recorre-se também à pesquisa bibliográfica, recurso metodológico no qual podemos resgatar conhecimento científico



acumulado sobre um problema. A revisão de literatura tem como objetivo fundamentar teoricamente o tema adotado, ou problema escolhido. De acordo com, Matos e Vieira, “a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de um levantamento de material com dados já analisados, e publicados por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, página de Web sites, sobre o tema que desejamos conhecer”. (MATOS e VIEIRA, 2002, p.40)

Traços históricos da avaliação: pioneirismo e efetivação

De acordo com Gatti (2009), a trajetória das avaliações de desempenho de redes de ensino iniciaram-se nos anos 1960, quando o país sentiu a preocupação com os processos avaliativos escolares. A partir de então, profissionais ligados à área buscaram formação específica, o que resultou em experiências pontuais de avaliação. No início da década de 1990, houve efetivamente uma articulação entre o Ministério da Educação e as Secretarias Estaduais de Educação para a implantação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), aplicado a cada dois anos em séries de ensino fundamental e médio.

Em 2005, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) expandiu a avaliação de desempenho do sistema educacional, com a Prova Brasil, aplicada a todos os alunos dos primeiros anos do ensino fundamental, integrando essa prova ao SAEB. Essa trajetória favoreceu a construção do Ideb, propiciando a melhoria da avaliação e incentivando municípios e estados na adoção de sistemas avaliativos próprios. Tais sistemas, integrados na rede de escolas municipais ou estaduais tem sido utilizados como ferramenta suporte à avaliação nacional e contribuem para a melhoria real da educação. Neste âmbito destaca-se o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAEC)¹ como iniciativa estadual que, munida de recursos financeiros,



move municípios, cidades, escolas e professores, em prol dos alunos e da qualidade educacional oferecida. No Estado

[...] realizar uma avaliação com tal esfera de abrangência representou conquista muito importante [...] Vale ressaltar que em nenhum momento anterior da política educacional teve-se a possibilidade de obter um retrato tão fiel do desempenho de estudantes, nas áreas de conteúdo e séries avaliadas. (VIEIRA, 2007)

O fato é que a avaliação vista anteriormente com reservas por parte de muitas escolas, tem tornado possível a promoção de melhoria nas instituições e no ensino e aprendizagem das crianças. Como observa Gatti,

[...] a preocupação com os resultados dos processos de ensino está presente atualmente nas administrações públicas da educação e nas escolas, dando margem a iniciativas como aperfeiçoamento dos currículos escolares, formação continuada de professores, revisão da formação básica de docentes, produção de materiais didáticos novos em vários tipos de suporte (impressos, virtuais, DVDs, etc.). O impacto dessas avaliações começa a ser sentido na educação básica esperando se que as avaliações sejam vistas como estímulos à mudança em processos educacionais, e, não como punição. (GATTI, 2009)

Com o surgimento de novas propostas e políticas no campo educacional, a avaliação surge de forma a assegurar a qualidade e dar retorno sobre boas iniciativas que ocorrem das escolas para os municípios e vice-versa, compondo, assim, um conjunto de subsídios importantes com potencial de desencadear bons resultados.

Para além de resultados, as avaliações resgatam os princípios da democratização e da equidade. De acordo com Castro:



No passado recente [...] o ingresso na educação formal era limitado e a maioria dos pobres estava praticamente excluída do sistema ou permanecia poucos anos na escola. [...] A progressiva universalização do acesso à escola e a ampliação do número de anos de estudo modificaram essa situação”. O que corresponde às informações advindas da prática avaliativa que “em larga escala pode prover informações indispensáveis para aprofundar o debate sobre a situação educacional de um país. (CASTRO, 2007)

Os indicadores, fruto das avaliações em larga escala, têm atingido níveis de importância significativos nos últimos anos:

Embora o Brasil tenha desenvolvido indicadores para mensurar aspectos relacionados ao processo educativo, como o desempenho de alunos e o rendimento escolar, estes dados nem sempre foram explorados e aproveitados em sua plena potencialidade. (VIEIRA, 2008)

Com as primeiras publicações do Ideb, em 2005, nasce uma maior atenção voltada ao estudo dos indicadores. O índice proporciona a visualização mais ampla através dos números, das políticas de incentivo e da democratização que ressalta o ensino de qualidade para todos. Os rankings do Ideb tornam-se mais visíveis e com isso o país tem traçado caminhos rumo à melhoria da educação básica.

Análise e constatações do Ideb (2007-2009)

O índice confere valor de transparência às políticas educacionais brasileiras, porém, a conduta de conhecer os dados referentes à educação, por vezes, não faz parte do cotidiano escolar. De acordo com Vieira (2007) “os dados não falam sozinhos. A tarefa de compreendê-los e fazê-los falar é nossa. A ela não



podemos nos furtar. Precisamos urgentemente transformar os dados disponíveis em informações, e essas, em conhecimento.”

No esforço de fazer “os dados falarem” desdobramos o indicador em suas principais etapas durante a pesquisa mais ampla – *Bons resultados no Ideb: estudo exploratório de fatores explicativos* – identificando as razões que motivaram o bom desempenho do Ideb no Ceará, no conjunto de dez municípios citados anteriormente.

Os dados coletados referem-se aos anos iniciais do ensino fundamental dos municípios da amostra anteriormente citada. Comparando as metas e os resultados obtidos no Ideb nos anos de 2007 e 2009, encontramos algumas constatações pertinentes. No Quadro 1, localizado ao fim do presente artigo, verifica-se a análise depreendida do estudo.

Entende-se que os dez municípios superaram suas metas referentes aos anos de 2007 e 2009, isto é, alcançando valores antes do tempo previsto, fato que anima o cenário educacional municipal.

Chama a atenção o município de Sobral, que está bem além de suas metas, alcançando em 2009 o primeiro lugar no ranking estadual. Em todo o Brasil, apenas 5,7% das escolas públicas do ensino fundamental alcançaram 6,0 no Ideb, nota vista como sinônimo de qualidade. Seis é a média registrada em países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e adotada pelo MEC como objetivo para ser alcançado em todo o país até 2021.

As estratégias que subsidiaram estes resultados em Sobral retratam os esforços realizados para esse fim desde 2005, elas revelam o alcance da política de alfabetização do município cujo foco no 5º ano é estratégico para o Ideb. Outras ações implementadas no município foram: formação em serviço, material didático estruturado, aumento do número de coordenadores nas escolas, autonomia (administrativa, pedagógica e financeira) escolar, monitoramento dos resultados do SAEB e da



Prova Brasil e sua divulgação com diretores, professores, pais e alunos; a relação próxima entre a Secretaria e os diretores de escolas; controle da frequência escolar e a formação em serviço de diretores.

Os outros nove municípios também merecem referência, São Gonçalo do Amarante, Mucambo, Martinópole, Jijoca de Jericoacoara, Ipu, General Sampaio, Catunda, Boa Viagem e Aratuba ultrapassaram as projeções do Ministério da Educação em 2007, repetindo o feito em 2009. Adotou-se, portanto, entre os anos analisados, políticas de continuidade. A situação decorre do ato de reinventar-se, de progredir e de não manter-se “estacionado” quando tudo parece melhorar, mas sim visualizar caminhos maiores de manutenção e valorização do que já foi apreendido, ou, para alguns, de mudança, superando metas e estabelecendo prioridades.

Pode-se depreender dos dados, o cuidado com a educação que dirigentes municipais tem tido para elevação e superação de suas metas e indicadores. Isso faz perceber a importância que a avaliação possui na qualidade da educação, de maneira tal, que à medida que os resultados estão aparecendo, os municípios continuam na busca por melhorias e maiores feitos.

As políticas de bom desempenho no índice, portanto, servem de exemplo para outros estudos no âmbito da avaliação e anunciam uma ruptura dos “medos” decorrentes da prática avaliativa revertidos no sucesso escolar. Em SETUBAL (2007, p. 3) anuncia-se que a expectativa é de que “[...] as avaliações assim publicizadas alavancem o aprimoramento da política de educação e iluminem caminhos para a promoção de ganhos de aprendizagem dos alunos, da ampliação de sua participação na sociedade do conhecimento e da busca de maior equidade social”.

Concluimos, portanto, que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, ultrapassa as expectativas da avaliação e torna-se para as escolas elementos de mobilização para a qualidade do ensino no Estado do Ceará, entrelaçados à um referen-



cial de valores explícitos e atualmente, aceitos pelos sujeitos avaliados. Os municípios analisados superaram suas metas, projeções idealizadas até o ano de 2021, avançando doze anos à frente das expectativas nacionais, representando um conjunto de possíveis soluções e iniciativas para os demais municípios e estados da nação, o que justifica o título deste recorte e faz deste trabalho uma contribuição para futuros estudos no âmbito da avaliação e política educacional.

Nota

¹ Foi instituído pela Secretaria da Educação – SEDUC/CE, no ano de 1992, com o objetivo de avaliar, de modo permanente e contínuo, o sistema de ensino cearense. Se divide em três vertentes: avaliação da alfabetização – SPAECE-Alfa (2º ano); avaliação do ensino fundamental (5º e 9º anos) e avaliação do ensino médio (1ª, 2ª e 3ª séries). (CEARÁ, 2009, p. 15)

Referências

- CASTRO, Maria Helena Guimarães de. A árdua tarefa de estabelecer padrões de desempenho escolar. **Cadernos Cenpec / Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária**. – N. 3 (2007) – São Paulo: CENPEC, 2007.
- CEARÁ. Sucesso de todos, compromisso da escola. DAVIS, Cláudia, GROSBaum, Marta Wolak. **Gestão para o sucesso escolar / Secretaria da Educação Básica do Ceará**. – Fortaleza: Edições SEDUC, 2005. 168p. – (Coleção gestão escolar).
- _____. Secretaria da Educação. **Boletim dos Sistemas de Avaliação**. SAPECE – 2009 / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd.
- GATTI, Bernardete. Avaliação de sistemas educacionais no Brasil. **Sísifo Revista de Ciências da Educação**, nº 9, p.7-18, maio/



ago 2009. Disponível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt/?r=23&p=7>. Acesso: 13 de agosto de 2010.

MATOS, Socorro Lopes, VIEIRA, Sofia Lerche. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer**. 2. ed. rev. atual – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

SETUBAL, Maria Alice. Avaliar a avaliação. **Cadernos Cenpec / Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária**. – N. 3 (2007) – São Paulo: CENPEC, 2007.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação básica: política e gestão da escola**. – Fortaleza: Liber Livro, 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche. Gestão, avaliação e sucesso escolar: recortes da trajetória cearense. **Estudos Avançados**. [online]. 2007, vol.21, n.60, pp. 45-60. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n60/a04v2160.pdf>. Acesso: 13 de agosto de 2010.

PORTAIS

Portal Ideb – <http://portalideb.inep.gov.br/>

Quadro 1 – Ideb observado x Metas

Município	Meta para 2007	Ideb 2007	Meta para 2009	Ideb 2009
Aratuba	3.3	4.1	3.6	3.9
Boa Viagem	2.5	3.8	2.9	4.1
Catunda	3.6	4.4	3.9	4.0
General Sampaio	2.5	3.6	2.9	3.9
Ipu	2.3	3.1	2.6	4.0
Jijoca de Jericoacoara	3.8	4.4	4.1	4.9
Martinópole	3.0	4.0	3.4	4.4
Mucambo	3.5	4.5	3.9	4.9
São Gonçalo do Amarante	3.9	4.5	4.2	4.7
Sobral	4.0	4.9	4.4	6.6

Fonte: INEP – Portal Ideb